

O ESTADO DE S. PAULO

PUBLICAÇÃO DA S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP
02598-900 São Paulo - SP Caixa Postal 2439
CEP 01060-970-SP. Tel. 3856-2122 (PABX)
Fax N° (011) 3856-2940

Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988) Américo de Campos (1875-1884)
Julio de Mesquita Neto (1969-1996) Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997) Plínio Barreto (1927-1958)

Apagão logístico, crônica de uma morte anunciada

*
MARCOS
SAWAYA JANK

Volto hoje à carga a respeito do caos na logística de produtos agrícolas que vamos viver este ano. A gravidade da situação está perfeitamente ilustrada na fila de 25 quilômetros de caminhões na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, esperando 70 horas para descarregar no Porto de Santos e infernizando também a vida dos que vão para o Guarujá ou para o Litoral Norte.

Não dá para dizer que esse caos seja uma surpresa conjuntural imprevisível. Nos últimos 12 anos a safra brasileira de grãos dobrou de tamanho, enquanto a logística praticamente nada mudou. O que estamos assistindo é à "crônica de uma morte anunciada", após duas décadas de descaso, legislação anacrônica, instalações precárias, burocracia infernal, reserva de mercado e corporativismo endêmico. Enquanto no Brasil o principal modal é o caminhão rodando milhares de quilômetros em estradas esburacadas (55% da distribuição de grãos), nos EUA, nosso maior concorrente, hidrovias construídas há mais de 80 anos nos Rios Mississippi, Missouri e outros respondem por 60% do transporte de grãos.

Hoje nosso maior gargalo está nos portos. A logística portuária começou mal este ano, com 27 dias parados por causa de chuvas – o carregamento dos navios é feito a céu aberto e qualquer indício de chuva interrompe a operação. Além disso, em decorrência da quebra da safra americana, o Brasil tornou-se o maior exportador mundial de milho – com 25 milhões de toneladas exportadas, ante 8,5 milhões na safra passada. Esse imenso volume de milho está atrasando os embarques de soja, que, por sua vez, vão afetar os embarques de açúcar a partir de abril e de milho safrinha a partir de julho. Na semana passada a fila para carregar soja nos portos brasileiros superou 200 navios, 80 mais do que no mesmo período do ano passado.

De março a julho vamos ter de escoar 7,2 milhões de toneladas por mês de soja e milho pelos portos, valor 25% superior ao do mesmo período do ano passado. Não é difícil prever que esses quatro meses serão

um caos, principalmente se cho-ver demais, já que estaremos operando muito próximos da capacidade máxima dos portos. Outra agravante é a nova lei dos caminhoneiros – que determina paradas obrigatórias dos caminhões a cada quatro horas, com jornada máxima diária de 11 horas –, além do problema da falta de caminhoneiros, estimado em 50 mil a 100 mil profissionais. Outro grave problema é a deficiência de armazéns, uma vez que só conseguimos estocar 65% dos grãos produzidos no País. Ao contrário do que ocorre nos nossos principais competidores, no Brasil o caminhão tornou-se um "armazém sobre rodas", porque não tem onde colocar o produto e na safra a única solução é a carreta na

A única solução se encontra no médio e longo prazos e se chama investimento maciço

fila de espera para o porto.

Portanto, no curto prazo a única variável de ajuste possível serão novos aumentos de fretes, destruindo a rentabilidade de produtores e *traders*. Dez anos atrás, o custo de frete no Brasil era duas vezes superior ao da Argentina e dos EUA. Este ano, numa visão otimista, será, no mínimo, quatro vezes superior (mais de US\$ 100/t, ante cerca de US\$ 25/t nos nossos concorrentes), chegando a ser cinco, sete vezes maior para as regiões mais distantes do Cerrado.

Não é de espantar, portanto, que um grande importador chinês tenha cancelado o carregamento de 33 navios de soja, trocando o suprimento brasileiro pelo da Argentina. Os chineses são extremamente oportunistas nessa hora e, obviamente, utilizam esse recurso para renegociar os seus contratos em melhores termos. Mas a culpa não é deles, é nossa!

A única solução para o caos logístico encontra-se no médio e longo prazos e se chama investimento maciço. Precisariamos investir pelo menos R\$ 40 bilhões no sistema portuário, montante quase três vezes maior que a soma prevista nos programas PAC-1 e PAC-2. Um dos caminhos mais importantes para isso seria a aprovação da Medida Provisória 595, a "Lei

dos Portos", ora em tramitação no Congresso Nacional. No entanto, diversos itens do projeto ainda mostram fortes controvérsias entre os vários grupos de interesse envolvidos.

São eles: 1) A distinção entre os terminais dentro da área do "porto organizado" e os terminais de uso privado (TUPs) fora dela, incluindo a redefinição dos limites geográficos de cada porto, chamados de "poligonal", um tema extremamente polêmico; 2) a redefinição das licitações para concessões ou arrendamentos, agora com base no critério de modicidade tarifária (maior movimentação com a menor tarifa); 3) o tratamento a ser dado aos terminais de uso privativo hoje existentes dentro de portos organizados, principalmente o dilema do encerramento versus prorrogação dos contratos de arrendamento atuais; 4) o fim da distinção entre movimentação de "carga própria" e "carga de terceiros" como elemento essencial para a exploração das instalações portuárias autorizadas; 5) a nova organização institucional dos portos e a redefinição do poder concedente nas concessões; 6) o compartilhamento de infraestruturas; e 7) o tratamento diferenciado para trabalhadores portuários.

O fato é que, no campo, fizemos muito bem a nossa lição de casa. A produtividade total dos fatores (terra, trabalho e capital) da agricultura brasileira é a que mais vem crescendo no mundo: 3,6% ao ano desde 2000. Mas a logística está destruindo tudo o que foi conquistado dentro das fazendas, não apenas no exemplo dos grãos, mas também do açúcar, das carnes e de outras commodities, hoje igualmente "engargaladas".

Infelizmente, temos de nos conformar com o fato de que o "apagão" da logística chegou. Neste momento, além de rezar muito para que ele não seja total, deveríamos concentrar-nos na aprovação urgente dos marcos regulatórios e dos investimentos necessários para escapar dessa calamidade. E isso ainda vai demorar alguns anos

*
ESPECIALISTA EM AGRONEGÓCIO
E BIOENERGIA, FOI PRESIDENTE
DA UNICA E DO ICONE
E-MAIL: MARCOS@JANK.COM.BR

A vez dos moderados

*
RUBENS
BARBOSA

O resultado das eleições nos EUA e em Israel, surpreendentemente, abriu uma janela de oportunidade para os moderados, tanto em Israel como no mundo árabe. Ofereceu também a perspectiva para os EUA e a comunidade internacional reabrirem o processo de negociação entre Israel e a Autoridade de Palestina, com vista a encontrar um caminho para a paz no Oriente Médio.

Em ambos os países, os temas econômicos – recuperação da economia, redução do déficit, aumento do emprego – estiveram no centro das discussões eleitorais, deixando para segundo plano as questões de política externa. Em Israel, os radicais do Likud e do Beytenu davam como certa a maioria no Parlamento e não contavam com a expressiva votação do novo partido Yesh Atid, liderado por Yair Lapid, populista, conhecido apresentador de televisão, e dos partidos árabes-israelenses, que representam 21% da população. O Parlamento dividido deixou o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu enfraquecido e com um equilíbrio político interno precário. No acordo de coalizão para formar o governo, conseguido com dificuldade, teria sido incluído, por pressão de Lapid, o compromisso do governo de voltar a negociar com os palestinos e o término da isenção de impostos e de serviço militar para os judeus ortodoxos. A saída do ministro da Defesa, Ehud Barak, um dos representantes da linha dura contra a Palestina, também poderia facilitar uma decisão favorável à negociação.

Nos EUA, a reeleição do presidente Barack Obama, embora com o Congresso também dividido, reforçou a posição em favor da paz e evitará atitudes desafiadoras da parte de Tel-Aviv. O forte lobby israelense do American Israel Public Affairs Committee (Aipac), sobretudo no Congresso, está calado, mas certamente tentará reagrupar suas forças dentro do novo quadro pós-eleitoral. Hillary Clinton havia proposto a Obama uma nova iniciativa para solucionar o conflito, mas as prioridades de política interna e a aproximação das eleições forçaram o adiamento da ideia.

A primeira visita de Obama a Israel e à Cisjordânia, na semana passada, recolocou os EUA no centro da difícil equação de paz na região. Depois das conversas com Netanyahu e com o presidente Mahmoud Abbas, Obama reafirmou, embora em termos genéricos, o compromisso dos EUA com uma solução negociada, que reconheça a segurança de Israel e a soberania da Palestina. "A única maneira de Israel terminar seu isolamento, sobreviver e progredir como um Estado judeu e democrático é através da concretização de uma Palestina independente e viável, com justiça e autodeterminação", enfatizou Obama. O renovado esforço de paz – possível, mas difícil – foi defendido com forte retórica, que agradou aos dois lados, mas decepcionou pela falta de ação concreta. Voltando atrás em compromisso inicial de seu governo, Obama decidiu não liderar os entendimentos, delegando ao secretário de Estado, John Kerry, a missão de reiniciar as negociações. Netanyahu reafirmou estar comprometido com a solução dos dois Estados, apoiada pelos EUA, mas evitou tratar dos detalhes, ao menos em público. Sintomaticamente, o Irã, e não a Palestina, foi o ponto central de seus pronunciamentos.

A aprovação da Autoridade

A ofensiva de Obama no Oriente Médio poderá criar condições para a volta da diplomacia?

Palestina como membro observador das Nações Unidas contou com esmagador respaldo, tendo somente os EUA e a República Checa (com seis outros Estados menores) ficado ao lado de Israel. Os países europeus – que sempre apoiaram Israel – votaram contra ou se absteram. O Reino Unido, que juntamente com os EUA tem sido um dos mais sólidos aliados de Israel, pela voz de seu ministro do Exterior "condenou as decisões de Israel de expandir os assentamentos, porque cada vez torna mais inviável a solução dos dois Estados".

Persistem grandes dificuldades em todos os pontos mais sensíveis da negociação. Os assentamentos, condição palestina para a retomada das negocia-

ções, teriam de ser suspensos, o Hamas e o Fatah teriam de se entender, os foguetes contra Israel teriam de terminar, assim como o bloqueio da Faixa de Gaza. Os radicais de ambos os lados teriam de ser contidos para dar lugar aos moderados, mas isso não é simples. O recente ataque de Israel à Síria mostra a precariedade do equilíbrio na região e a recorrente ameaça de um incêndio de graves proporções. Sempre que se abre uma perspectiva de paz, os radicais de ambos os lados fabricam uma grave crise que dificulta o avanço político.

Os EUA são o único país na comunidade internacional com influência para propor a retomada das negociações e definir a agenda, como foi feito no Acordo de Oslo, em 1993, e como ocorreu, sem sucesso, no final do governo Bill Clinton. Os resultados iniciais da visita de Obama não são encorajadores. A continuação das sanções americanas contra a Palestina pela aprovação do status de observador na ONU, a concordância implícita com os assentamentos israelenses em territórios palestinos e a aparente falta de avanços concretos nas conversações de Obama com o governo israelense fizeram aumentar o ceticismo e o pessimismo da comunidade internacional.

Poderá a ofensiva de Obama criar condições para a volta da diplomacia? Aparentemente, ainda não chegou a vez dos moderados, apenas se entreabriu uma porta para eles passarem.

O Brasil, que tem aspiração de atuação significativa nesse processo, poderia propor, via Brics – já que a Rússia é membro do chamado Quarteto (Rússia, EUA, Europa e ONU) –, que a proposta feita pelo príncipe Abdullah, da Arábia Saudita, em 2002 seja retomada. Pela proposta, o Estado de Israel seria reconhecido por todos os países árabes (hoje somente o Egito e a Jordânia o fazem), seria garantida a fronteira de Israel com segurança, com base nos acordos de 1967, em troca da criação do Estado Palestino.

Seria um ato corajoso que, sem dúvida, reforçaria a projeção externa brasileira.

*
PRESIDENTE DO CONSELHO DE
COMÉRCIO EXTERIOR DA FIESP